

Equipe de Lula já tem plano B para mudanças no Orçamento

PARA GARANTIR BENEFÍCIO DE R\$ 600

PLANO B NO RADAR

Governo quer PEC 'veloz' no Senado, mas estuda saída via medida provisória



Escolha de rota. O senador eleito Wellington Dias (PT-PI) avalia que a PEC traria maior segurança. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), manifestou-se a favor de medida provisória



FERNANDA TRISOTTO, BRUNO GÓES, PAULA FERREIRA, MANOEL VENTURA E SÉRGIO ROXO

A equipe de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou a detalhar ontem os dois caminhos possíveis para conseguir espaço no Orçamento de 2023 para tirar as promessas da campanha do papel. Ao mesmo tempo em que indicou que a chamada "proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição" começará pelo Senado para ter tramitação mais célere, integrantes da equipe do presidente eleito confirmaram que trabalham com um "plano B": criar créditos extraordinários por meio de uma medida provisória (MP).

Não podemos entrar em 2023 sem auxílio emergencial sem aumento real do salário mínimo. Tenho certeza de que o Congresso vai ter essa sensibilidade, o Tribunal de Contas. Então, estamos analisando todas as oportunidades para entregar ao povo brasileiro aquilo que foi tratado com ele no processo eleitoral — afirmou Gleisi Hofmann, presidente do PT. A primeira opção segue sendo alterar a Constituição para manter a transferência

de renda em R\$ 600 mensais (o programa deixará o nome bolsonarista de Auxílio Brasil e voltará a ser Bolsa Família), dar um aumento real do salário mínimo, recompor programas como o Farmácia Popular, a merenda e retomar obras públicas. A medida dá mais segurança jurídica, mas exige uma votação maior com Lula.

A MP seria uma solução mais simples — e frágil. A justificativa para baixar uma medida provisória seria a prorrogação da situação de emergência decretada por Jair Bolsonaro para ampliar pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Pelas regras em vigor, o valor ampliado do benefício perderá validade em 31 de dezembro, já que essa despesa não está prevista no Orçamento do ano que vem. Mas além do risco jurídico, esse caminho torna mais difícil englobar soluções para outras despesas, como o aumento do salário mínimo.

ARTICULADORES DIVIDIDOS Ainda não há consenso entre os articuladores de uma solução orçamentária sobre qual o melhor caminho a seguir: — A emenda constitucional é muito segura. O crédito extraordinário é uma alter-

Os prós e contras das alternativas

- > PEC: Traz mais segurança jurídica porque contempla regras fiscais (como o teto dos gastos) e a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao alterar a Constituição.
> Precisa de amplo apoio do Congresso, maior que o esperado para a futura base do governo: três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49), com tramitação mais complexa e necessidade de negociação.
> Por mais votos, a equipe de Lula terá de delimitar o impacto orçamentário da PEC e os programas beneficiados. Mercado financeiro é contra "cheque em branco".
> Crédito extraordinário por MP: instrumento usado para despesas consideradas imprevisíveis. A Constituição determina que pode ser usado em casos de guerra, calamidade pública ou pandemia, como foi no caso da Covid-19. Exigiria a prorrogação da situação de emergência, proposta em junho para ampliar o Auxílio Brasil até dezembro.
> O crédito extraordinário é aberto via medida provisória e gera incertezas sobre quando esta seria editada e quais programas poderia contemplar.
> Traz insegurança jurídica, pois pode ser questionada por TCU e oposição.

nativa também já experimentada: você tem uma situação de emergência, e aí prorroga ou não prorroga a emergência. Nós temos uma situação crítica. No entendimento com as duas Casas, até para que a gente tenha segurança, não apenas para o ano de 2023, mas também para a frente, é o projeto de emenda constitucional — disse o se-

nadador eleito Wellington Dias (PT-PI), um dos coordenadores da campanha de Lula. Dias disse que há um trabalho conjunto de formatação da PEC entre equipes técnicas do governo eleito e de parlamentares, como os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do relator do

Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Mas Pacheco indicou preferência pelo crédito extraordinário, em entrevista à GloboNews:

Se houver alternativa através de MP com crédito extraordinário para que tudo isso possa ser implementado, não mexer na Constituição Federal seria uma opção melhor. Mas se a técnica e os consultores recomendarem que a segurança jurídica necessária é alteração constitucional, infelizmente reputaremos como necessária mais essa alteração para bem do povo brasileiro — disse Pacheco, que indicou "boa vontade" para manter o benefício social em R\$ 600.

RISCO POLÍTICO

A alternativa de crédito extraordinário surgiu entre a equipe do petista depois que, na quinta-feira, Renan Calheiros (MDB-AL) disse que a "PEC da Transição" é um erro e que o ideal seria os representantes do governo eleito procurarem o Tribunal de Contas da União (TCU), no lugar do Centro, para viabilizar o pagamento do benefício de R\$ 600 em 2023. Renan é apoiador de primeira hora de Lula e adversário do presidente da Câmara.

Lideranças do Congresso avaliam que a "PEC da Tran-

sição" é alternativa mais viável que a solução por MP.

Segundo integrantes da equipe de transição, se o caminho for a MP, ainda seria necessário aprovar projeto de lei para resolver a meta fiscal. Uma PEC, se aprovada, resolveria tudo de uma vez.

Para evitar dúvidas a respeito da solidez jurídica de uma solução via MP, integrantes do PT consultaram ministros do TCU para saber se seria possível a equipe de transição fazer uma consulta formal à Corte antes mesmo da posse.

A resposta foi positiva, mas o partido ainda não discutiu o mérito da questão com os ministros do TCU. Agora, o partido estuda se entra ou não com a consulta à Corte. O PT não quer ser alvo de questionamentos no futuro que possam dar algum tipo de margem à abertura de processos. Por isso, o caminho da PEC é considerado mais seguro (e foi usado pelo governo Bolsonaro todas as vezes em que precisou gastar mais).

O caminho, então, seria continuar focando na PEC, que terá tramitação iniciada pelo Senado para ter caminho mais célere. Na noite de quinta-feira, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), já informou ao GLOBO que a PEC terá um valor definido, para evitar a má vontade dos parlamentares e do mercado financeiro, que não querem passar um "cheque em branco" orçamentário para Lula. Segundo fontes da equipe de Lula, o valor ideal de R\$ 200 bilhões para a PEC agora já está sendo revisado para R\$ 152 bilhões, em uma conta que engloba oito promessas feitas pelo petista ao longo da campanha. A definição sobre o valor exato da "licença para gastar" deve ocorrer na segunda-feira.

UMA SEMANA EM CADA CASA

Com um texto conciso, a avaliação de líderes ouvidos reservadamente pelo GLOBO é que a PEC terá tramitação e aprovação rápidas, em até uma semana em cada Casa, mesmo expediente usado na tramitação da PEC Eleitoral, que garantiu o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil até dezembro deste ano. Isso porque rejeitar uma proposta que amplia pagamento de benefícios sociais é visto como um "suicídio político". As discussões entre os parlamentares agora giram em torno da definição desse rol de programas. Bolsa Família e aumento real do mínimo são prioritários.

A inclusão de ações como a recomposição do orçamento do Farmácia Popular e da merenda escolar também deve ter apelo. Um ponto de divergência é a licença pretendida pelo PT para ampliação da Bolsa Família: Lula prometeu um adicional de R\$ 150 para crianças até 6 anos de idade. Parlamentares da base de Bolsonaro avaliam que seria difícil manter o apoio a um texto que contemplasse essa ampliação, logo de cara. Como esta era uma promessa apenas de Lula, eles defendem que o tema seja discutido a partir de 2023, assim como reajustes maiores do que os já previstos para servidores públicos.

"A emenda constitucional é muito segura. O crédito extraordinário é uma alternativa"

Wellington Dias (PT-PI), senador eleito

"Se houver alternativa através de MP com crédito extraordinário (...) seria uma opção melhor"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13